

GERENCIAMENTO DE RESULTADOS PARA EVITAR DIVULGAR PERDAS: UM ESTUDO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO FILIADAS À CONFESOL*

Valéria Gama Fully Bressan

Doutora em Economia Aplicada pela UFV

Prof^a. Adjunta do Centro de Pós -graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria do Departamento de Ciências Contábeis da FACE/UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: vfully@face.ufmg.br

Lua Syrma Zaniah Santos

Graduanda em Ciências Contábeis da FACE/UFMG e Bolsista PRONOTURNO

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: luasyrma@gmail.com

Aureliano Angel Bressan

Doutor em Economia Aplicada pela UFV

Prof. Associado do Centro de Pós -graduação e Pesquisas em Administração

Departamento de Ciências Administrativas da FACE/UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: aureliano@ufmg.br

Grupo de Pesquisa: Cooperativismo e Associativismo no Meio Rural e nos Agronegócios

Resumo

O processo de elaboração das demonstrações financeiras reflete a escolha de práticas contábeis adotadas pelas instituições. O gerenciamento de resultados vem sendo muito estudado, sendo notória sua relevância no que tange ao papel desempenhado pelas instituições financeiras em relação à solidez do sistema financeiro nacional. Neste contexto, destaca-se a importância das cooperativas de crédito solidário, uma vez que tais instituições são “ferramentas” de democratização do crédito. Este estudo teve por objetivo avaliar se as cooperativas de crédito filiadas a Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL) utilizaram do gerenciamento de resultados para evitar divulgar perdas. A amostra foi composta por 169 cooperativas analisadas entre 2001 a 2010. Utilizou-se a análise de frequência em histogramas que foi proposta por Burgstahler e Dichev (1997). Os resultados indicaram que há evidências da utilização de gerenciamento de resultados para evitar divulgar perdas por 60% das cooperativas analisadas em períodos anuais, pois seus resultados, divididos pelo volume de operações de crédito, estão concentrados em torno do resultado zero na faixa positiva do histograma fazendo com que haja uma frequência acima do esperado para resultados positivos próximos de zero e, contudo, uma frequência bem menor para resultados negativos próximos de zero. Estes

resultados corroboram com o que foi encontrado por Maia et. al. (2013) para as cooperativas de crédito filiadas ao Sistema das Cooperativas de Crédito no Brasil (SICOOB) no mesmo período de análise e também com o estudo de Bressan e Silva Júnior (2014) para as cooperativas do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e permitem inferir que, a princípio, indiferente do sistema cooperativista de crédito tem-se pressões internas por eficiência e orientação pela maximização do resultado econômico.

Palavras-chave: Gerenciamento de Resultados, Cooperativas de Crédito, CONFESOL

EARNINGS MANAGEMENT TO PREVENT LOSS REPORT: A STUDY OF CREDIT UNION AFFILIATED TO CONFESOL

Abstract

The preparation of the financial statements reflects the choice of accounting practices adopted by the institutions. earnings management has been widely studied, with notable relevance with respect to the role played by financial institutions in relation to the soundness of the financial system. In this context, the importance of solidarity credit unions stands out, because such institutions are important drivers of credit democratization. This study aimed to assess whether credit unions affiliated to the Confederation of Cooperatives Farm Credit of Central with Solidarity Interaction (CONFESOL) used earnings management to avoid disclosing losses. The sample consisted of 169 cooperatives analyzed from 2001 to 2010. We used frequency analysis in histograms was proposed by Burgstahler and Dichev (1997). The results indicated that there is evidence of the use of earnings management to avoid disclosing losses by 60% of the cooperatives analyzed in annual periods because their results, divided by the volume of loans, are concentrated around the zero result in the positive range of histogram, so that there is a frequency higher than expected for positive results close to zero, and yet a much lower frequency for negative results close to zero. These results corroborate what was found by Maia et. al. (2013) for the credit unions affiliated to the Credit Union System in Brazil (SICOOB) in the same period of analysis and also to the study of Bressan and Silva Junior (2014) for cooperatives of the SICREDI Cooperative Credit System and allow us to infer that, in principle, regardless of the credit cooperative system, there are internal pressures for efficiency and guidance for maximizing the economic result.

Key words: *Earnings Management, Credit Unions, CONFESOL.*

1. INTRODUÇÃO

A importância das cooperativas de crédito solidário é algo relevante para a sociedade, uma vez que estimula a aplicação de recursos privados, admitindo os riscos envolvidos nas operações, em prol da comunidade onde está inserida. Têm papel considerável, porque são capazes de produzir benefícios como a geração de empregos e a distribuição de renda. Em diversos países do mundo, especialmente na Europa, o setor cooperativista serviu como

importante incentivador de setores econômicos estratégicos, comprovando sua relevância no contexto do sistema financeiro (SOARES; SOBRINHO, 2007).

Estas instituições são “ferramentas” de democratização do crédito e desempenham um papel fundamental como agentes de desenvolvimento do local onde estão estabelecidas.

De acordo com o Portal do Cooperativismo de Crédito (2014), no mês de Dezembro de 2013 o Brasil contava com 1.154 cooperativas de crédito, sendo que destas, 888 possuíam ligação com algum dentre os sistemas cooperativistas: Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), Confederação Nacional das Cooperativas Centrais (UNICRED), Sistema Cooperativo de Crédito Urbano (CECRED), Confederação das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL) e Uniprime. Tais instituições representam 77% da totalidade das cooperativas e dispõem de cerca de 90% da rede de atendimento e associados totais. De acordo com o Portal, dados do Banco Central acerca dos dados consolidados destas organizações, retratam que em Junho de 2014 havia 1.150 Cooperativas financeiras no Brasil, administrando um total de R\$ 138 bilhões em Ativos.

Neste trabalho, o foco da análise são as Cooperativas filiadas à Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL). A CONFESOL é um sistema constituído e gerido essencialmente por agricultores familiares e trabalhadores urbanos, através de uma confederação, centrais de crédito, bases regionais de serviços e as cooperativas singulares. Este sistema contava no ano de 2010, com 204 Cooperativas, 265 unidades de atendimento, 1874 funcionários e um quadro social de 274.112 integrantes, distribuídos em 469 pontos de atendimento. (MICHELON, 2010).

Concomitantemente, o tema do Gerenciamento de Resultados (GR) vem sendo alvo de grandes estudos e discussões, dentro do atual contexto da vivência econômica mundial. Diversos autores têm discutido essa temática no âmbito das instituições financeiras nacionais, tais como Fuji e Carvalho (2005), Zendersky (2005), Goulart (2007), Baptista (2009) e Dantas et. al. (2013). Direcionado para o cooperativismo de crédito encontrou-se, até o presente momento, os estudos de Brown e Davis (2008), Hillier et. al. (2008), Maia et.al. (2013) e Bressan e Silva Júnior (2014), o que indica que ainda há espaço para uma discussão desta abordagem no cenário nacional aplicada ao cooperativismo de crédito.

Desta maneira, o objetivo geral deste artigo foi verificar se as cooperativas brasileiras filiadas à CONFESOL incorreram em práticas de gerenciamento de resultados contábeis para evitar divulgar perdas na última década.

2. PLATAFORMA TEÓRICA

2.1 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

O processo de elaboração das demonstrações financeiras ou contábeis relaciona-se com diversas estimativas e julgamentos dos gestores e profissionais da empresa, no que se refere à interpretação dos acontecimentos e transações, o que também se reflete na escolha de práticas contábeis a serem adotadas. Desta forma, tais julgamentos e procedimentos, influenciam no valor contábil da companhia.

Sabe-se que o gerenciamento de resultados (GR) está relacionado a uma espécie de gestão intencional dos resultados de uma empresa, que pode ocorrer através do uso de técnicas e julgamentos contábeis, mas que não se confunde com a fraude, uma vez que este ocorre dentro dos limites legais da norma e da prática contábil (GRECCO, 2013).

De maneira ainda mais abrangente, Martinez (2013, p.5) sintetiza os aspectos essenciais que constituem a prática do Gerenciamento de Resultados:

Uso da discricionariedade gerencial na realização de escolhas contábeis (reconhecimento e mensuração), na tomada de decisões operacionais e na seleção dos critérios de apresentação da demonstração de resultado (*disclosure*). Todas dentro dos limites das normas contábeis, visando influenciar as percepções sobre fatos econômicos subjacentes, que são refletidos nas medidas de resultado contábil.

Martinez (2001) destaca três tipos de GR, de acordo com as técnicas empregadas. O primeiro tipo diz respeito ao *target earnings*, que é o gerenciamento para alterar os resultados contábeis na intenção de alcançar metas estabelecidas. Além deste, há também o *income smoothing*, que visa à redução da oscilação de resultados e, por último, salienta o gerenciamento do tipo *take bath accounting*, que tem por finalidade reduzir os resultados contábeis, com o intuito de aumentar os resultados futuros.

No que se refere às decisões operacionais e ao gerenciamento do tipo *target earnings*, alguns autores estudaram o assunto, dando um enfoque específico ao gerenciamento para evitar divulgar perdas, ou seja, um tipo de manobra dos resultados cujo objetivo é aumentar, melhorar os resultados da empresa. São trabalhos como os de Reis (2014), Maia (2013), Martinez (2001) e Goulart (2007), que trazem uma análise sobre este tipo de gerenciamento.

Os motivos que levam a gestores e empresas a gerenciar seus resultados, variam de uma instituição para outra, devido a peculiaridades de cada setor, forma de governança, porte da empresa, dentre outros fatores. No caso das cooperativas de crédito, por exemplo, não há motivos para que as mesmas façam uso de tal prática devido ao mercado de ações, uma vez que estas não captam recursos nesta modalidade. De acordo com Maia et. al. (2013), o que poderia motivar as cooperativas de crédito a fazerem uso de gerenciamento de resultados seria a adequação mínima de capital, prevista no acordo de Basiléia e regulamentada no Brasil pelo Banco Central.

Além disso, o desempenho das cooperativas perante seu quadro social também é de suma importância e Maia et. al. (2013) chama atenção para o fato de que a distribuição das sobras do exercício nestas instituições contribui na formação de pressões internas pelo aumento da eficácia e do resultado econômico, uma vez que em conformidade com a Lei Complementar 130/2009 e na Lei 5764/1971, até as perdas podem ser rateadas entre os associados, o que levaria as Cooperativas a “gerenciar seus resultados de forma a suavizar os mesmos (*income smoothing*), ou a evitar reportar perdas, para evitar sinalizar uma situação de mau desempenho econômico” (MAIA et. al, 2013).

As causas que levam os gestores a se utilizarem da prática de gerenciamento de resultado são diversas e podem variar de uma instituição para outra. Sinteticamente, Martinez (2001) agrupa tais incentivos a esta manobra em três grupos principais, a saber: motivações relacionadas ao mercado de capitais, que visam diminuir uma imagem arriscada da empresa frente aos seus investidores; motivações contratuais, que estão ligadas ao vínculo existente

entre as empresas com seus *stakeholders* diversos e as motivações regulamentares e custos políticos, que têm a ver com a fiscalização e aspectos políticos em que estas instituições estão inseridas, visando, por exemplo, não divulgar lucros muito acima da média de seu setor, a fim de não despertar muita visibilidade perante os concorrentes, além do aspecto tributário.

Martinez (2013) baseando-se nas evidências empíricas de diversos estudos elencou alguns fatores que podem servir como inibidores do gerenciamento de resultados, como por exemplo, os auditores, as regras e exigências da governança corporativa, bem como a existência dos analistas de mercado e as agências de rating ou de risco, além da observância do *disclosure*, que remete ao princípio que prega a transparência das informações contábeis aos seus usuários.

Diversos autores abordaram a existência do gerenciamento de resultados em suas investigações. No cenário bancário, Dantas et. al. (2013) evidenciam a importância das informações contábeis neste setor, enfatizando a preocupação de que estas instituições estejam ocultando riscos, o que afetaria a solidez financeira. Através de um modelo de dois estágios, concluíram que os bancos aplicavam a discricionariedade para manejar os resultados.

A partir da investigação de instituições financeiras brasileiras no período entre 1999 a 2003, Fuji e Carvalho (2005) constataram que há indícios de que a conta de provisão para crédito de liquidação duvidosa era utilizada para realização do gerenciamento de resultados, de sobremaneira na modalidade de *income smoothing*. Na mesma linha de pesquisa, Zendersky (2005) examinou 111 conglomerados financeiros atuantes no Sistema Financeiro Nacional entre os anos de 2000 e 2004 e comprovou que estes, gerenciam os seus resultados contábeis através do elemento discricionário das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Especificamente no caso das cooperativas de crédito, o estudo ainda tem diversos aspectos a serem explorados. Os estudos de Brown e Davis (2008) e Hillier et. al. (2008) avaliaram o GR em cooperativas de crédito australianas com o objetivo de adequação de capital e os resultados foram divergentes, os primeiros constataram não ocorrência de GR nas cooperativas de crédito australianas, já os segundos, encontram evidências opostas, em períodos distintos do tempo.

Neste contexto, o trabalho de Maia et. al. (2013) é um precursor no âmbito nacional. Os autores apuraram se as cooperativas de crédito filiadas ao SICCOOB, gerenciaram seus resultados a fim de suavizá-los, ou se evitaram reportar perdas, além de usarem da manobra contábil para controlar a adequação de capital, que é uma situação tratada pelo acordo de Basileia. Para tal, os autores analisaram o período de 2001 a 2011 e concluíram que tanto para a modalidade de evitar reportar perdas quanto para suavização de resultados, havia evidências de que as instituições empregavam tais práticas. Porém, o mesmo não se confirmou para o gerenciamento em face do capital regulatório, como indicado pelos resultados da pesquisa. Deve-se ressaltar também os trabalhos aplicados ao SICREDI de Silva Júnior e Bressan (2014) e Bressan e Silva Júnior (2014) sobre o gerenciamento de resultados nas modalidades de *income smoothing* e também para evitar reportar perdas, respectivamente, corroboram os resultados de Maia et. al. (2013), uma vez que se confirmou a hipótese de gerenciamento de resultados em ambos os estudos para as cooperativas singulares filiadas ao SICREDI.

2.2 Cooperativismo de Crédito Solidário

A importância das cooperativas de crédito solidário é indiscutível ao se tratar de assuntos como microfinanças e desenvolvimento local. Martins et. al (2011) destaca que tais instituições têm papel fundamental, no que tange à facilitação do alcance ao crédito por parte das pessoas que não têm acesso ao mesmo, de formas mais “tradicional”.

Freitas (2011, p. 16) explica que

A valorização da solidariedade por meio do crédito e a preocupação com a inclusão social e financeira contribuíram para que estas cooperativas fossem denominadas de “cooperativas de crédito rurais solidárias”, configurando um “cooperativismo solidário”.

O cooperativismo de crédito seria o segundo tipo de cooperativismo mais antigo no mundo. Apesar de todos os desafios enfrentados nesse ramo da atividade financeira, para Búrigo (2006) pode-se afirmar que os modelos das cooperativas de crédito rural solidárias são processos consolidados no cenário social e econômico nacional.

Freitas (2011) define que as cooperativas são sociedades de pessoas, com natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos seus cooperados. Ao passo que, para o referido autor, uma cooperativa solidária é aquela que não se preocupa apenas em obter benefícios para seus sócios, mas procura estender a sua ação ao máximo de pessoas, buscando ainda se fortalecer em outras dimensões (social, cultural, política, etc.). O Banco Central é o principal órgão fiscalizador das cooperativas, mas Freitas (2011) destaca que estas organizações também podem estar regulamentadas pelas determinações estatutárias e as resoluções internas das Centrais.

Outro conceito que esclarece a ideia de cooperativa de crédito, consta no trabalho de Silva e Bach (2007) que definem que uma cooperativa de crédito, “é uma instituição financeira democrática, de ajuda mútua, sem fins lucrativos, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, sem ser banco”, além de propiciar aos seus sócios orientação e educação financeira. Em uma síntese do conceito, depreende-se que tais organizações representam o meio pelo qual determinadas pessoas possam atingir seus objetivos através da cooperação mútua (ANCOSOL, 2013).

A lei nº 5.764/1971 dispõe sobre as categorias das cooperativas, segundo a qual, as cooperativas podem ser cooperativas singulares (1º grau) e também cooperativas centrais ou federações de cooperativas (2º grau). No Brasil, o cooperativismo de crédito está organizado em sistemas cooperativos, que geralmente envolvem cooperativas de todos os graus. Além desta lei, outras regulamentações tratam a respeito das cooperativas, tais como a Lei Complementar nº 130, de 2009, a Resolução nº 4.020/2011 e a Resolução nº 4.243/2013. Assim como ocorre com outros setores da economia, a legislação referente ao cooperativismo foi sendo aprimorada e detalhada ao longo do tempo, em decorrência do crescimento destas instituições e o surgimento de suas necessidades.

Várias terminologias passaram a ser utilizadas para distinguir as Cooperativas em termos das concepções doutrinárias e filosóficas, dentre elas a classificação de Pinho (2004), que as separa em duas vertentes: a pioneira (tradicional) e a vertente solidária. Na primeira vertente encontram-se as cooperativas voltadas para a maximização de resultados no mercado, enquanto na segunda estão aquelas pautadas na ideologia da Economia solidária (PINHO, 2004). Freitas e Freitas (2014) chamam a atenção sobre este segundo tipo de cooperativa, que

atua com um público de baixa renda e começa a se impulsionar de fato no Brasil a partir da década de 1990, mas que ainda necessita de estudos que contribuam para sua ampliação.

O movimento que originou o cooperativismo de crédito solidário avançou no período de redemocratização do país, entre as décadas de 1980 e 1990, caracterizado por movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais e setores ligados à Igreja Católica (FREITAS; FREITAS, 2014). Com estas características e utilizando-se do apoio destas camadas populares, rapidamente estas instituições começam a ampliar sua participação na sociedade e a expandir sua participação no cenário nacional.

Neste trabalho, o cooperativismo de crédito rural solidário é o foco do estudo e, portanto, precisa ser mais aprofundado. Desta maneira, cabe ressaltar as três principais distinções entre este tipo de cooperativismo e os demais, apontados no estudo de Freitas e Freitas (2014). A primeira distinção é que estas organizações são constituídas em decorrência de mobilizações sociais e políticas relacionadas a agricultura familiar e das organizações que a representam, de tal forma que a estruturação política se dá anteriormente à estruturação econômica. Outra diferenciação é que seus fundamentos estão diretamente relacionados à manutenção de vínculos solidários, através da concessão de crédito, a fim de melhorar a qualidade de vida das comunidades onde estão inseridas, levando desenvolvimento local e saindo de uma atuação exclusivamente financeira. Por fim, percebe-se que estas funcionam de maneira diferenciada, pois valorizam a proximidade e a confiança com os cooperados buscando dilatar a amplitude e a profundidade de sua atuação.

Apesar de suas peculiaridades, estas cooperativas devem atender às mesmas normas e especificações determinadas pelo Banco Central do Brasil exigidas para as formas tradicionais de cooperativas de crédito.

Existem ainda outras terminologias, como as de Soares e Melo Sobrinho (2007), onde as cooperativas seriam classificadas nos blocos: vertical, horizontal e independente. As Cooperativas de crédito Solidário encontram-se no perfil das horizontais.

Enquanto os sistemas verticalizados objetivam ganhos por escala e estão organizados sob uma estrutura organizacional centralizada e piramidal, os sistemas horizontalizados trabalham com o público de baixa renda e fundamentam sua organização na formação de redes, sem a determinação hierárquica da estrutura organizacional e dos padrões de funcionamento das cooperativas verticalizadas (FREITAS; FREITAS 2011). Os verticalizados estão representados no Brasil pelos sistemas SICOOB, SICREDI e UNICRED. Os horizontalizados estão representados pelos sistemas Cresol, Ecosol, Ascoob, Creditag, Integrar, Credsol e Crehnor, todos vinculados à Associação Nacional das Cooperativas de Crédito de Economia familiar e solidária (Ancosol), que está filiada à Unicafe e juntas estas organizações articulam nacionalmente o cooperativismo solidário, que começou a obter mais expressividade no país a partir de sua representação através da CONFESOL (FREITAS; FREITAS, 2014).

Em diversos países do mundo, as Cooperativas de Crédito estão entre as principais instituições financeiras a serviço da população. Pode-se perceber na França, a maior expressão do cooperativismo crédito do mundo, já que neste país, 60% dos recursos financeiros são movimentados pelas cooperativas. (CONFESOL, 2013).

Dados do ano de 2013 constataram que as Cooperativas do Brasil representavam 18% das agências bancárias do país, enquanto que os ativos totais administrados representavam

2,3% do total, ocupando, portanto, a 6ª posição no ranking do volume de ativos, entre as maiores instituições financeiras de varejo do país. Apesar de contribuírem para que o Brasil represente o 14º maior volume de ativos de instituições financeiras cooperativas a nível mundial, as Cooperativas ainda têm um mercado grande para se expandirem (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2013).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Modelo analítico

Para avaliar se as cooperativas de crédito filiadas à CONFESOL fizeram uso na última década, de gerenciamento de resultados de forma a evitar divulgar perdas, utilizou-se a metodologia de análise de frequência em histogramas, que foi proposta por Burgstahler e Dichev (1997), ao associarem a irregularidade da distribuição de frequência ao gerenciamento de resultados para evitar divulgar perdas. Posteriormente este método foi utilizado por diversos trabalhos sobre este tema no Brasil e também no exterior, tais como: Martinez (2001), Dechow et. al. (2003), Moreira (2006), Jacob e Jorgensen (2007), Rodrigues et. al. (2007), Goulart (2007), Maia et. al. (2013), Reis (2014) e Bressan e Silva Júnior (2014).

Esta análise possibilita verificar se há ou não uma tendência das cooperativas a praticar tal modalidade de gerenciamento. Esta análise permite verificar se tais instituições possuem maior frequência de resultados pequenos (divididos pelo total de operações de crédito), porém positivos, próximos de resultado igual a zero. Como consequência do gerenciamento de resultados para evitar divulgar perdas, há a tendência de verificação de um ponto de descontinuidade no histograma de distribuição de frequências dos resultados, no ponto de resultado nulo. Conforme aponta Goulart (2007), assumindo-se uma distribuição normal há então uma maior concentração de ocorrências de lucros logo acima de zero e frequências menores que esperadas para resultados próximos de zero, porém negativos.

De acordo com Goulart (2007), ao assumir a hipótese de gerenciamento de resultados para evitar divulgar perdas, admite-se que se a cooperativa apurar um pequeno prejuízo em um determinado período, então fará uso de práticas de gerenciamento de resultados, com aumento de receitas e/ou redução de despesas, de maneira a reverter a situação de pequeno prejuízo e então exibir pequeno lucro. Assim como no estudo de Maia et. al. (2013), a situação foi adaptada para as cooperativas, tendo em vista que o associado pode interpretar de forma desproporcionalmente negativa e ruim a divulgação de perdas, mesmo que pequenas, sendo melhor a apresentação de pequenas sobras. Sob esta perspectiva, estas organizações teriam fortes motivações para evitar divulgar perdas.

3.2. Variável utilizada no estudo

A variável utilizada neste estudo é constituída pelos “Resultados” obtidos pelas cooperativas de crédito filiadas à Confederação das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária em seus balanços patrimoniais anuais e balanços semestrais no período de 2001 a 2010. Para eliminar o efeito tamanho, tanto os resultados semestrais, quanto os anuais foram ponderados pelas operações de crédito realizadas pelas cooperativas, desta maneira, a

variável utilizada nesta pesquisa foi estabelecida a partir das seguintes contas do Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional (COSIF):

$$\text{Resultados} = \frac{(7.0.0.00.00-9)+(8.0.0.00.00-1)}{1.6.0.0.00.00-1}$$

Em que:

7.0.0.00.00- 9 = Contas de resultados Credoras

8.0.0.00.00-6 = Contas de resultados Devedoras

1.6.0.00.00-1 = Operações de Crédito

3.3 Amostra e fonte dos dados

A amostra para esta pesquisa foi composta por 169 cooperativas singulares filiadas à CONFESOL, no período de 2001 a 2010. As informações semestrais referentes a este período totalizaram 1113 observações, enquanto as informações anuais totalizaram 1187. Os dados para realização desta pesquisa foram obtidos no site no Banco Central do Brasil.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A tabela 1 apresenta a estatística descritiva referente aos resultados anuais e também dos resultados semestrais das cooperativas de crédito filiadas à CONFESOL, com relação ao período de 2001 a 2010.

Tabela 1-Estatística Descritiva dos ‘Resultados/Operações de crédito’ das cooperativas de crédito filiadas ao Sistema CONFESOL no período de 2001 a 2010.

Estatística Descritiva	Resultados anuais/operações de crédito	Resultados Semestrais /operações de crédito
Média	-0, 2328457	-0,92501
Mediana	0, 0197581	-0,0022276
Mínimo	-262, 8896	-582,9117
Máximo	23, 98783	2, 149979
Desvio-padrão	7, 715849	18, 98665
Coefficiente de variação	-33, 13717	-20, 52588
Número de observações	1187	1113
Número de cooperativas	169	169

Fonte: Resultados da pesquisa.

Percebe-se pelo coeficiente de variação, que existe uma grande diferença entre as 169 cooperativas analisadas da Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária, no que tange aos seus “resultados em relação às operações de crédito”.

Vale ressaltar que os resultados anuais obtiveram variação de 3313%, ao passo que os resultados semestrais apresentaram uma variação de 2252%, ou seja, estas instituições revelam diferenças relevantes no que se refere à geração de resultados.

Para avaliar se as médias dos resultados anuais e semestrais se apresentaram de maneira estatisticamente significativa, realizou-se o teste de normalidade de Doornik e Hansen (1994). De acordo com o resultado deste teste evidenciado na Tabela 2, a hipótese nula de que a média dos resultados segue uma distribuição normal foi rejeitada, uma vez que o valor p da estatística D-H foi de 0,0000. Assim, por não atender o pressuposto da distribuição normal, não foi realizado o teste t-Student, e aplicou-se os testes não paramétricos para diferença de medianas e o teste de Mann-Whitney para a diferença de distribuição para avaliar as diferenças entre os 'resultados sobre operações de crédito' anuais e semestrais nas cooperativas filiadas à CONFESOL. A partir dos resultados dos testes não paramétricos, pode-se inferir que existem diferenças tanto em termos de mediana, quanto de distribuição dos resultados anuais e semestrais das cooperativas filiadas à CONFESOL na última década, apontando que há um comportamento diverso entre os resultados semestrais e os anuais.

Tabela 2-Testes paramétricos e não paramétricos para análise dos Resultados/Operações de crédito das cooperativas de crédito filiadas ao Sistema CONFESOL no período de 2001 a 2010.

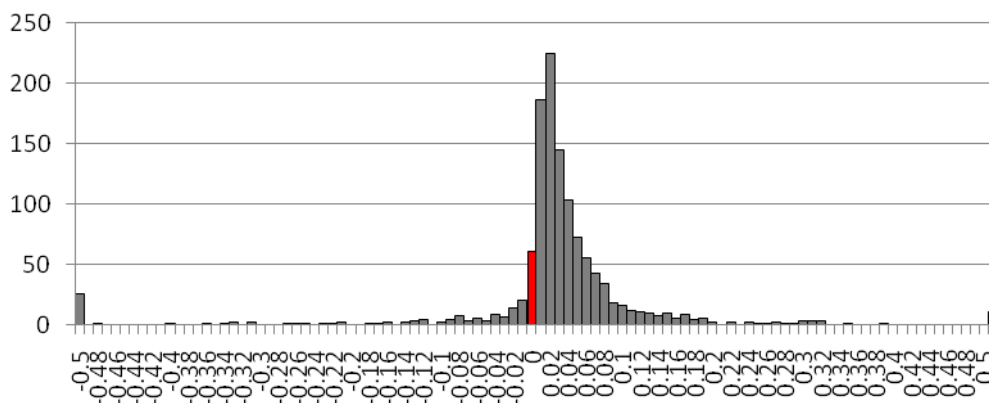
Testes	Hipótese Nula	Estatística do Teste	Valor- p
Doornik- Hansen	Resultados Semestrais e Anuais/Operações de Crédito seguem uma distribuição normal	D- H = 1,44e+06	0,0000
Mediana	Resultados semestrais /Operações de Crédito possui a mesma mediana dos Resultados Anuais/Operações de Crédito	Pearson chi2(1) = 404,4604	0,0000
Teste de Mann-Whitney	Resultados semestrais /Operações de Crédito possuem a mesma distribuição dos Resultados Anuais/Operações de Crédito	z = -20,669	0,0000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Para analisar se há uma tendência das Cooperativas filiadas à CONFESOL, em gerenciar seus resultados de maneira a evitarem divulgar perdas, inicialmente, foi investigado o comportamento dos resultados anuais. Analisando a Figura 1, pode-se verificar uma grande variação na distribuição de frequência na faixa imediatamente superior a zero, ou seja, na faixa de 0,00 a 0,01. As faixas de valores negativos próximos de zero apresentam, visivelmente, um número bem menor de observações que as faixas de valores positivos próximos de zero.

Apesar de haver limitações a esta metodologia, esta é usualmente consolidada na literatura como indicadora de gerenciamento para evitar reportar perdas. A situação apresentada na Figura 1 fornece evidências de que, no período analisado com dados anuais, as cooperativas da CONFESOL, gerenciaram seus resultados de forma a evitar divulgar perdas, o que corrobora com o estudo de Maia *et. al.* (2013) em relação ao SICOOB e também com os estudos de Bressan e Silva Júnior (2014) em seus estudos em relação ao SICREDI.

Figura 1 - Distribuição de frequência dos resultados anuais dividido pelo volume de operações de crédito das cooperativas de crédito da CONFESOL no período de 2001 a 2010



Resultados anuais/Operações de crédito

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A Tabela 3 indica que 186 observações referentes os ‘resultados/operações de crédito’ no período de 2001 a 2010, encontram-se na faixa de 0,00 a 0,01, ou seja, um indicativo de gerenciamento para evitar divulgar perdas, pois os resultados das contas credoras em relação às devedoras foram muito próximos de zero. Apesar de computar 15,7% das observações, nestas 186 observações tem-se a participação de 102 cooperativas das 169 pesquisadas, ou seja, foi uma estratégia utilizada por cerca de 60% das cooperativas filiadas à CONFESOL, sendo que a maior parte das ocorrências foi nos anos de 2008, 2009 e 2010, anos que foram marcantes no cenário financeiro mundial, devido à crise financeira.



Tabela 3 - Faixas dos Resultados Anuais/Operações de crédito das cooperativas de crédito filiadas ao Sistema CONFESOL no período de 2001 a 2010.

Faixas dos Resultados Anuais/Operações de crédito	Número de observações	Percentual	Percentual acumulado
Até -0,01	126	10,6%	
0	61	5,1%	15,8%
0,01	186	15,7%	31,4%
0,02	224	18,9%	50,3%
0,03	145	12,2%	62,5%
0,04	103	8,7%	71,2%
Superior a 0,04	342	28,8%	100,0%
Total de observações	1187	100,0%	

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 4 – Número de ocorrências dos Resultados Anuais/Operações de crédito na faixa de 0,00 a 0,01 por cooperativa de crédito filiada a CONFESOL no período de 2001 a 2010.

Cooperativas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total Geral
Coop 1		1						1			2
Coop 2		1						1	1		3
Coop 3								1			1
Coop 4				1						1	2
Coop 5				1							1
Coop 6										1	1
Coop 7					1		1				2
Coop 8						1					1
Coop 9									1	1	2
Coop 10			1						1	1	3
Coop 11			1								1
Coop 12										1	1
Coop 13										1	1
Coop 14		1						1		1	3
Coop 15					1						1
Coop 16		1								1	2
Coop 17		1							1		2
Coop 18									1		1
Coop 19				1							1
Coop 20									1		1
Coop 21			1					1			2



53º CONGRESSO DA
SOBER

Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Agropecuária, Meio Ambiente
e Desenvolvimento

de 26 a 29 de julho de 2015
UFPB | João Pessoa - PB

Coop 22								1			1
Coop 23								1	1	1	3
Coop 24									1		1
Coop 25		1				1		1			3
Coop 26			1		1			1	1	1	5
Coop 27					1					1	2
Coop 28				1			1		1	1	4
Coop 29				1	1	1	1	1	1	1	7
Coop 30		1	1			1				1	4
Coop 31								1			1
Coop 32						1		1	1		3
Coop 33		1				1		1		1	4
Coop 34			1								1
Coop 35										1	1
Coop 36					1		1		1	1	4
Coop 37			1								1
Coop 38			1	1							2
Coop 39	1		1					1	1		4
Coop 40						1					1
Coop 41								1		1	2
Coop 42		1	1				1		1	1	5
Coop 43									1	1	2
Coop 44			1								1
Coop 45						1				1	2
Coop 46										1	1
Coop 47		1									1
Coop 48									1		1
Coop 49							1				1
Coop 50		1						1	1		3
Coop 51		1									1
Coop 52		1			1						2
Coop 53				1					1		2
Coop 54		1		1						1	3
Coop 55				1				1			2
Coop 56								1			1
Coop 57				1		1		1	1		4
Coop 58									1	1	2
Coop 59					1						1
Coop 60					1	1					2

João Pessoa - PB, 26 a 29 de julho de 2015

SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural



53º CONGRESSO DA
SOBER

Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Agropecuária, Meio Ambiente
e Desenvolvimento

de 26 a 29 de julho de 2015
UFPB | João Pessoa - PB

Coop 61				1	1		1			3
Coop 62		1								1
Coop 63								1		1
Coop 64								1		1
Coop 65									1	1
Coop 66		1								1
Coop 67								1		1
Coop 68							1			1
Coop 69							1	1		2
Coop 70			1		1					2
Coop 71							1			1
Coop 72							1	1	1	3
Coop 73				1						1
Coop 74				1				1		2
Coop 75							1			1
Coop 76							1			1
Coop 77				1		1		1	1	4
Coop 78							1			1
Coop 79							1			1
Coop 80					1					1
Coop 81							1			1
Coop 82								1		1
Coop 83							1	1	1	3
Coop 84								1		1
Coop 85					1			1		2
Coop 86							1		1	2
Coop 87								1		1
Coop 88					1			1		2
Coop 89									1	1
Coop 90								1		1
Coop 91								1		1
Coop 92								1		1
Coop 93							1			1
Coop 94								1	1	2
Coop 95									1	1
Coop 96								1	1	2
Coop 97									1	1
Coop 98									1	1
Coop 99									1	1
Coop 100									1	1

João Pessoa - PB, 26 a 29 de julho de 2015

SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural

Coop 101									1		1
Coop 102	1			1					1		3
Totais	2	14	13	12	13	15	13	29	40	35	186

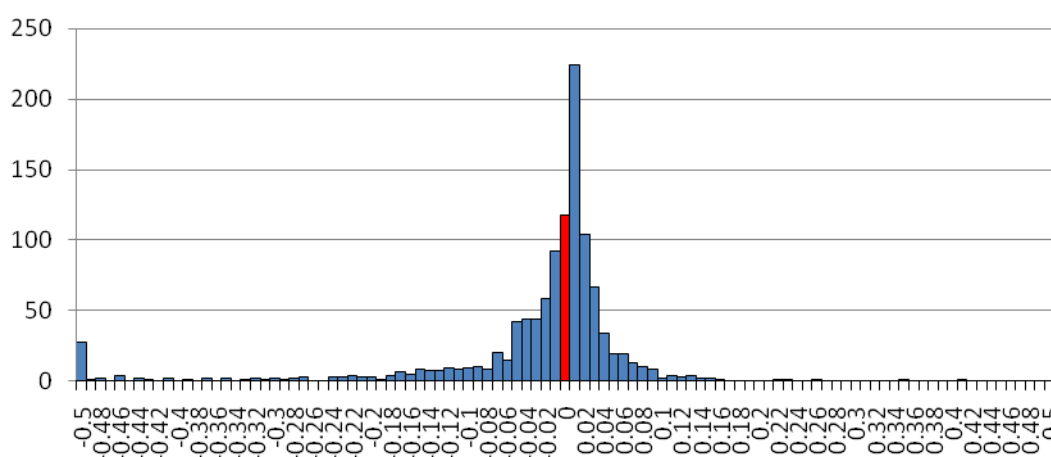
Fonte: Resultados da pesquisa

Em seguida, foi feita uma análise em relação aos resultados semestrais, a fim de verificar se neste período, entre os anos de 2001 e 2010, também houve prática de gerenciamento de resultados com vistas e evitar perdas por parte das cooperativas filiadas a CONFESOL.

A Figura 2 não indica evidências que de fato, houve prática de gerenciamento de resultados em períodos semestrais nestas instituições. Isso porque, grosso modo, o comportamento do histograma não indica um ponto destacado de diferenças dos resultados acima e abaixo de zero. Verifica-se também, pela Tabela 5 e Figura 2, que ocorreu nos resultados semestrais das cooperativas filiadas a CONFESOL um maior volume de resultados negativos se comparado com o volume de resultados positivos, ou seja, vê-se 587 observações com resultados menores ou iguais a zero, o que totalizam 53% dos dados analisados. Esses resultados semestrais encontrados para as cooperativas filiadas a CONFESOL, diferenciam daqueles obtidos para o SICOOB, e para o SICREDI, conforme os estudos de Maia et. al. (2013) e de Bressan e Silva Júnior (2014), respectivamente.

Nota-se que a maior faixa de resultados, concentrou-se em 0,00 e 0,01, com 224 observações e a participação de 98 cooperativas, portanto, 58% do total de cooperativas pesquisadas (Tabela 5).

Figura 2 - Distribuição de frequência dos resultados semestrais dividido pelo volume de operações de crédito das cooperativas de crédito da CONFESOL no período de 2001 a 2010



Resultados Semestrais/Operações de crédito

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Tabela 5 - Faixas dos Resultados Semestrais/Operações de crédito das cooperativas de crédito filiadas à CONFESOL no período de 2001 a 2010.

Resultados Semestrais/Op.Cred	Número de observações	Percentual	Percentual acumulado
-0.50 a -0.01	469	42,1%	
0	118	10,6%	52,7%
0,01	224	20,1%	72,9%
0,02	104	9,3%	82,2%
0,03	67	6,0%	88,2%
0,04	34	3,1%	91,3%
0.05 ou superior	97	8,7%	100,0%
Total de obs.	1113	100,0%	

Fonte: Resultados da pesquisa.

Em suma, em uma análise conjunta entre resultados semestrais e anuais, pode-se inferir que após a avaliação dos resultados semestrais notou-se que estas cooperativas tiveram uma maior preocupação com a divulgação de resultados finais negativos, buscando uma gestão dos resultados finais, de modo a gerar uma maior faixa de concentração no lado positivo do histograma. Sendo este um indicativo de gerenciamento de resultados anuais.

Apesar das diferenças entre os sistemas SICOOB, SICREDI e as cooperativas filiadas a CONFESOL, quando remete-se aos resultados finais, pode-se inferir que estratégia de evitar divulgar perdas, foi utilizada pelas cooperativas da CONFESOL na última década, assim como também ocorreu no estudo de Maia *et. al.* (2013) em seu estudo nas cooperativas do SICOOB e também na pesquisa de Bressan e Silva Júnior (2014) em relação às cooperativas filiadas ao SICREDI, também pesquisadas na última década.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo avaliar se na última década, as cooperativas de crédito filiadas à Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (CONFESOL) fizeram uso de gerenciamento de resultados, na modalidade de evitar divulgar perdas, tomando-se como base a metodologia de análise de histograma proposta por Burgstahler e Dichev (1997) e também as pesquisas de Maia *et. al.* (2013) e Bressan e Silva Júnior (2014). Para tanto, utilizou-se uma amostra composta por 169 cooperativas singulares, pertencentes a este sistema.

Os resultados indicaram que há indícios da prática de gerenciamento de resultados para não divulgar perdas, por parte das instituições estudadas em períodos anuais, na última década. Foi constatado que 60% das cooperativas filiadas à CONFESOL buscaram evitar divulgar resultados negativos anuais, pois os resultados, divididos pelo volume de operações de crédito, concentram-se em torno do resultado zero, na faixa positiva do histograma,

mostrando desta maneira que há uma frequência acima do esperado para resultados próximos de zero, porém positivos e, por outro lado, uma frequência bem menor para resultados próximos de zero, porém negativos.

Importante ressaltar que nas cooperativas de crédito solidário tem-se a valorização da solidariedade por meio do crédito e a preocupação com a inclusão social e financeira dos sócios, porém, devido ao fato de terem a fiscalização do Banco Central do Brasil, mesmo com o cunho de economia solidária, notou-se a preocupação com a questão gerencial de divulgação de perdas nos resultados contábeis, permitindo inferir a ocorrência de gerenciamento de resultados contábeis para evitar divulgar perdas.

Apesar de haver críticas e limitações técnicas quanto à metodologia utilizada, a distribuição de frequências de forma “anormal” em torno de zero é bastante utilizada na literatura como indicativo de gerenciamento de resultados para evitar divulgar perdas. Concomitantemente, analistas do Banco Central do Brasil têm a perspectiva de que o comportamento mais esperado em relação às cooperativas de crédito brasileiras é de que haja um receio por parte destas, para divulgar perdas. Desta forma, os resultados desta pesquisa corroboram tanto com a perspectiva dos analistas do BACEN, quanto com os resultados encontrados por Maia et. al. (2013) e por Bressan e Silva (2014) em seus estudos.

Vale reforçar que para estas instituições, seus resultados estão intimamente ligados à eficiência de seus gestores e podem indicar seu desempenho frente ao quadro social e que pode levar a desconfortos e inseguranças para com os associados. Além disto, a credibilidade é algo crucial para o bom andamento de uma instituição financeira, incluindo-se nelas as cooperativas de crédito. Assim, o gerenciamento com vistas a evitar divulgar perdas se justifica.

Como sugestão para pesquisas futuras, sugere-se o estudo com cooperativas de outros sistemas, ainda não pesquisados, como os sistemas Unicred e também com cooperativas de crédito não filiadas a nenhum sistema, as chamadas cooperativas independentes e também a aplicação de metodologias diversas, pois são instituições que têm um importante papel no Sistema Financeiro nacional e na democratização do crédito.

Por fim, espera-se que este estudo venha a contribuir tanto para as investigações sobre o tema de gerenciamento de resultados, pesquisado tão intensamente nos últimos anos em diversas instituições, bem como para destacar a importância e as individualidades de funcionamento e a representação que estas instituições, as cooperativas de crédito rural solidário, têm no cenário econômico e social como um todo.

6. REFERÊNCIAS

ANCOSOL – **Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária**. Disponível em: <http://www.ancosol.org.br/cooperativismo.php>. Data de acesso: 23/10/2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.020 de 29 de setembro de 2011**. Altera a Resolução nº 3.859, de 27 de maio de 2010, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3859_v5_P.pdf. Acesso em: 28 out. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.243 de 28 de junho de 2013.** Altera a Resolução nº 3.859, de 27 de maio de 2010, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res_4243_v1_O.pdf. Acesso em: 28 out. 2014.

BAPTISTA, E. M. B. Teoria em gerenciamento de resultados. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 3, n. 2, p. 5-20, 2009. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/3381/2774>. Data de acesso: 29/09/2014.

BRASIL. **Lei Complementar nº 130 de 17 de abril de 2009.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp130.htm. Acesso em: 28 out. 2014.

BRASIL. **Lei Federal nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971.** Define a política nacional de cooperativismo, inclui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 28 out. 2014.

BRESSAN, V. G. F. ; SILVA JÚNIOR, J. M. Evitar Divulgar Perdas: Foi Uma Estratégia Utilizada na Última Década pelas Cooperativas de Crédito Filiadas ao SICREDI?. In: III Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo, 2014, Palmas. **Anais...** Brasília: SESCOOP, 2014.

BROWN, C.; DAVIS, K.. Capital management in mutual financial institutions. **Journal of Banking & Finance**, vol. 33, n. 3, p. 443-445, 2008.

BURGSTÄHLER, D.; DICHEV, I. Earnings management to avoid earnings decrease and losses. **Journal of Accounting & Economics**, North-Holland, v.24, n.1, p.99-126, Dec. 1997.

BÚRIGO, F. L. Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 14 no. 2, p. 312-349, out. 2006. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/art/200610-312-349.pdf>. Data de acesso: 03/07/2013.

CONFESOL – **Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária.** Disponível em: <http://cooperativismodecredito.com.br/news/cenario-brasileiro/confesol/>. Data de acesso: 16/12/2013.

DANTAS, J. A; MEDEIROS, O. R.de; LUSTOSA, P. R. B. O Papel de variáveis econômicas e atributos da carteira na estimação das provisões discricionárias para perdas em operações de crédito nos bancos brasileiros. **BBR – Brazilian Business Review**, Vitória, v.10, n.04, p. 69-95, out. /dez. 2013.

FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. de. As cooperativas de crédito rural solidárias como indutoras do desenvolvimento local. **Revista IDEAs – Interfaces em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n. 1, p. 160-187, 2011.

FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. de. O cooperativismo de crédito no Brasil e a emergência de uma vertente solidária. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 10, n. 02, p. 46-74, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1351/378>. Acesso em; 20/09/2014.

FUJI, A. H. A.; CARVALHO, L. N. G. de. *Earnings Management* no contexto bancário brasileiro. In: CONGRESSO USP, 5., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo : USP, 2005. Disponível em: http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos52005/an_resumo.asp. Data de acesso: 20/08/2014.

GOULART, A. M. C. **Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil**. 2007. 219 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) — Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GRECCO, M. C. P. O Efeito da convergência brasileira às IFRS no gerenciamento de resultados das empresas abertas brasileiras não financeiras. **BBR – Brazilian Business Review**, Vitória, v.10, n.04, p. 117-140, out. /dez. 2013.

HILLIER, D.; HODGSON, A.; STEVENSON-CLARKE, P.; LHAOPADCHAN, S.. Accounting Window Dressing and Template Regulation: A Case Study of the Australian Credit Union Industry. **Journal of Business Ethics**, v.83 n. 3, p. 579-593, 2008.

MAIA. S. C.; BRESSAN, V. G. F.; LAMOUNIER, W. M.; BRAGA, M. J. Gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito no Brasil. **Brazilian Business Review**. Vitória, v.10, n.4, p.96-116, out.-dez, 2013.

MARTINEZ, A. L. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 2001. 154 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – FEA, Universidade de São Paulo, SP, 2001.

MARTINEZ, A. L. Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura. **BBR – Brazilian Business Review**, Vitória, v.10, n.04, p. 01-31, out. /dez. 2013.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, M. E. ; FREITAS, A. F. de; DIAS, M. M. ; FILLIPI, E. E. Os desafios das cooperativas de crédito solidário na Zona da Mata de Minas Gerais. **UNIARA**, São Paulo, v.14, n.1, p. 82-92, jul. 2011.

MICHELON, A. CONFESOL. In: FÓRUM BANCO CENTRAL SOBRE INCLUSÃO FINANCEIRA, 2., 2010, Distrito Federal. **Anais eletrônicos...** Distrito Federal: SETUR, 2010. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/evnweb/atividade/18nov_Painel%203_Mesa%202_Adriano%20Michelon_201012161042002230.pdf. Acesso em: 15/08/2014.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004, 357p.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **DADOS CONSOLIDADOS DOS SISTEMAS COOPERATIVOS**. 2014. Disponível em:

<http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-brasileiro/dados-consolidados-dos-sistemas-cooperativos/>. Acesso em: 15/08/2014.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Cenário Brasileiro**. Portal do Cooperativismo de Crédito. 2013. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-brasileiro/>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

REIS, E. M. dos. **Um estudo empírico do gerenciamento de resultados por meio de decisões operacionais nas empresas abertas brasileiras**. 2014. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SILVA, C. V.; BACHA, C. J. C. Análise do funcionamento e da evolução das cooperativas de crédito rural no Brasil de 1990 a 2005. **Pesquisa & Debate**, v.18, n. 2, p. 197-222, 2007.

SILVA JUNIOR, J. M.; BRESSAN, V. G. F.; Gerenciamento de Resultados em Cooperativas no Brasil: Avaliando o Income Smoothing às Filiais do SICREDI. In: XIV Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 14, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2014. p. 1-16. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/125.pdf>. Acesso em 20/12/2014.

SOARES, M. M.; MELO SOBRINHO, A. D. de. **Microfinanças**: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: BCB, 2007. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%E7as_2007_internet.pdf. Acesso em: 10/08/2014.

ZENDERSKY, H. C. **Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil – 2000 a 2004**. 131f. Brasília. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

* Os autores agradecem o financiamento concedido pelo CNPq e pelo PRONOTURNO da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais para a realização desta pesquisa.